

A hora e a vez do Executivo

Eduardo Brito

Os trabalhos da CPI do Orçamento já começam a sofrer uma inflexão. Em vez de simplesmente constatar a lama existente em seus porões, o Congresso começa a apontar na direção do Executivo. O depoimento do deputado José Geraldo Ribeiro tornou irreversível a tendência de seguir esse rumo. Não se trata de manobra dispersiva, ainda que muitos parlamentares sintam alívio ao ver que a CPI se debruça sobre outras áreas. A verdade é que a simples lógica das investigações aponta na direção de um submundo que começara a desvelar-se numa CPI anterior, a do caso PC.

Toda CPI é política, goste-se ou não de admitir isso. A CPI do caso PC Farias não constituiu exceção. Partindo de denúncias de corrupção no Executivo, comprovou-se muita coisa, e tudo isso foi usado para derrubar um presidente que, por essas mas também por muitas outras, passara a ser detestado pelo povo que o elegera. Houve, então, uma reacomodação nas camadas de poder e a população suspirou aliviada. Um tormento se fora. No entanto, ficou-se por aí.

Alguém já ouviu falar na efetiva punição de alguém envolvido na gigantesca operação financeira que foi o esquema PC? Castigado, mesmo, só o motorista Eriberto, que ficou sem seu sonhado apartamento funcional e, do outro lado, a secretária Rosinete, que amargou alguns dias de prisão, mas já está soltinha da Silva. Os outros circulam por aí ou pelo exterior.

Existe vontade política, visível em muitos membros da nova CPI, de mostrar que o mar de lama se espalha além dos limites do Congresso, estendendo-se para a Esplanada dos Ministérios e para outros lados da Praça dos Três Poderes. Os fatos estão do lado deles. O deputado José Geraldo Ribeiro ajudou a demonstrar isso, quando admitiu ser sua a letra em que estava redigida uma longa lista de dotações orçamentárias encontrada na casa do ex-diretor de Orçamento, José Carlos Alves dos Santos. Tais dotações haviam

sido liberadas rápidas e integralmente, de forma incomum.

Como já se pode perceber com nitidez, inclusive pela documentação da Polícia Federal, havia uma similitude na ação da máfia do Orçamento e na técnica do esquema PC. Ambas se nutriam principalmente de propinas de empreiteiros e fornecedores governamentais, que as pagavam conforme as dotações eram incluídas no Orçamento e na medida em que eram liberadas. Havia, claro, outros campos de trambique, como as subvenções, mas o caminho das empreiteiras era o trilhado com maior frequência.

Para que ele funcionasse, porém, não bastaria a boa vontade da máfia, tivesse ela quantos anões fossem. Era preciso ter do outro lado, no Executivo, quem se dispusesse a liberar os recursos todos. Afinal, o caixa é lá. Isso, diga-se de passagem, acontece tradicionalmente, desde antes de surgir a figura de PC na história nacional. A peculiaridade de PC foi apenas a de pôr esses propinodutos a funcionar em escala industrial.

Não foi à toa que, ao se montar o governo Collor, reservaram-se a figuras escusas postos-chaves na estrutura de liberação de recursos nos ministérios. Vários secretários executivos pertenciam notoriamente ao esquema, assim como outros figurões. José Carlos Alves dos Santos viu-se plantado na estratégica Diretoria de Orçamento. O próprio José Carlos, porém, já forneceu à Polícia Federal o nome de colegas de segundo e terceiro escalões que também viçavam no submundo do sistema de liberação de recursos.

É óbvio que a CPI enveredará também por esse rumo. Primeiro porque precisa fazê-lo, até por uma questão de justiça. Segundo, porque politicamente é conveniente aos parlamentares mostrar que não há anões somente no Legislativo. E é bom não esquecer os governadores e prefeitos: se eles não estivessem na outra ponta da linha, simplesmente não haveria como se proceder a muitas das manipulações que agora estão aparecendo.